

ATA CMP Nº 16/2026

1 ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
2 PREVIDÊNCIA (CMP) - MANDATO 2026 – 2030. Aos dois dias do mês de setembro do
3 ano de dois mil e vinte e seis, às 8.00 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal dos
4 Servidores Públicos do Município de Viçosa (IPREVI), situada à Avenida P.H. Rolfs, Edifício
5 Meridien Center, 3º andar, Centro, Viçosa, Minas Gerais, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do
6 Conselho Municipal de Previdência (CMP), referente ao mandato 2026–2030. Estiveram
7 presentes os Conselheiros **André de Carvalho Gonçalves, Daniela Martins Rodrigues,**
8 **Melissa Maffia Maia e sua suplente Edylene Meyre Batalha Araújo Costa, Jorge Lucas dos**
9 **Santos da Luz, Marcos Willian dos Santos Fórneas, Nívia Maria Ladeira Miranda e**
10 **Rosângela Cardoso de Carvalho.** O Conselho reuniu-se para tratar dos seguintes assuntos
11 constantes da pauta: **1. Apresentação e aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2027;**
12 **2. Aprovação da versão final do Regimento Interno do Conselho Deliberativo; 3. Aprovação**
13 **do Regimento Interno do Conselho Fiscal; 4. Assuntos Gerais.** Inicialmente, a Presidente do
14 Conselho, Rosângela Cardoso, passou a palavra ao Diretor-Presidente do IPREVI para que
15 procedesse à apresentação da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de
16 2027. Primeiramente, o Diretor informou que os repasses efetuados pela Prefeitura Municipal se
17 encontravam em dia até o presente momento e que o Certificado de Regularidade Previdenciária
18 – CRP havia sido renovado. Em seguida, passou à apresentação da LOA para o exercício de
19 2027, iniciando pela previsão das receitas, estimadas no montante total de **R\$ 33.785.000,00**
20 **(trinta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais),** assim distribuídas: **R\$**
21 **17.605.000,00** referentes ao Fundo Previdenciário; **R\$ 12.108.000,00** referentes ao Fundo
22 Financeiro; **R\$ 4.067.000,00** referentes à Taxa de Administração; e **R\$ 5.000,00** referentes a
23 Ônus de Sucumbência. O Diretor explicou que a previsão de receitas do Fundo Financeiro
24 apresenta tendência de redução gradual até sua eventual extinção, em razão da característica de
25 plano fechado. Esclareceu que, com a progressiva aposentadoria dos servidores vinculados a esse
26 plano, haverá redução da base de servidores ativos e, conseqüentemente, diminuição das receitas
27 provenientes das contribuições dos segurados e da contribuição patronal. Em contrapartida, a
28 evolução do número de aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro tende a
29 elevar gradativamente as despesas previdenciárias, aumentando o comprometimento dos
30 recursos do Fundo com o pagamento dos benefícios e, conseqüentemente, a necessidade de
31 aportes para assegurar o cumprimento das obrigações previdenciárias. Em seguida, o Diretor

32 apresentou a **previsão das despesas para o exercício de 2027**, estimada no montante total de
33 **R\$ 77.042.000,00 (setenta e sete milhões e quarenta e dois mil reais)**, distribuída da seguinte
34 forma: **R\$ 17.605.000,00** referentes ao Fundo Previdenciário; **R\$ 55.365.000,00** referentes ao
35 Fundo Financeiro; **R\$ 4.067.000,00** referentes à Taxa de Administração; e **R\$ 5.000,00**
36 referentes a Ônus de Sucumbência. A Conselheira Edylene solicitou esclarecimentos acerca do
37 acréscimo verificado na previsão das despesas relacionadas à implantação e manutenção do Pró-
38 Gestão. Em resposta, o Diretor-Presidente Edivaldo explicou que o IPREVI almeja avançar para
39 o Nível III do Pró-Gestão RPPS, o que envolve a implementação e manutenção de diversas ações
40 de melhoria da gestão e de educação previdenciária. Informou que o Instituto vem estabelecendo
41 parcerias e convênios com a Universidade Federal de Viçosa – UFV, visando ampliar as ações
42 de educação previdenciária, incluindo a realização de oficinas e atividades destinadas aos
43 aposentados, a elaboração e distribuição de materiais informativos, bem como ações em parceria
44 com o Departamento de Nutrição. Acrescentou que estão previstas despesas relacionadas à
45 manutenção de bolsa para estagiário e à realização de atividades em parceria com a UNAPI, além
46 da continuidade das ações de educação financeira já desenvolvidas pelo Instituto. Esclareceu que
47 tais iniciativas contribuem para o fortalecimento das ações de educação previdenciária e para o
48 cumprimento dos requisitos e objetivos estabelecidos no âmbito do Pró-Gestão RPPS. Durante a
49 discussão, os conselheiros sugeriram a realização de **ações de preparação para a aposentadoria**
50 **junto aos servidores ativos**, com orientações sobre planejamento previdenciário, requisitos para
51 concessão dos benefícios e organização da documentação necessária. Foi sugerida, ainda, um
52 trabalho com os RH dos órgãos quanto ao planejamento da aposentadoria e a realização de ações
53 de orientação quanto à **Certidão de Tempo de Contribuição – CTC**, especialmente no que se
54 refere à sua solicitação, obtenção e utilização para fins de contagem de tempo de contribuição,
55 visando proporcionar maior segurança aos servidores no planejamento de sua aposentadoria.
56 Continuando, o Diretor destacou o motivo do aumento da previsão da despesa com capacitação
57 dos conselheiros, esclarecendo que, conforme deliberado por este Conselho, as ações de
58 capacitação passaram a contemplar também os conselheiros suplentes que tenham certificação.
59 Dessa forma, a ampliação do número de participantes nas capacitações previstas para o exercício
60 de 2027 justifica o acréscimo na estimativa da respectiva despesa. Dando prosseguimento à
61 apresentação, foi demonstrado o equilíbrio entre as receitas e as despesas dos Fundos
62 Previdenciário e Financeiro. O Fundo Previdenciário apresentou equilíbrio financeiro, enquanto
63 o Fundo Financeiro apresentou insuficiência financeira no valor de R\$ 43.257.000,00. Foi

64 informado que esse valor será rateado mensalmente entre a Prefeitura Municipal de Viçosa
65 (PMV), o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e a Câmara Municipal, correspondendo
66 ao total de R\$ 37.170.000,00 para a PMV, R\$ 5.762.000,00 para o SAAE e R\$ 325.000,00 para
67 a Câmara Municipal. Na sequência, foram apresentados os demais itens que compõem a LOA
68 2027 do IPREVI, sendo prestados os esclarecimentos necessários acerca das previsões de receitas
69 e despesas. Ao final da apresentação, após os esclarecimentos das dúvidas apresentadas pelos
70 conselheiros, a LOA 2027 do IPREVI foi aprovada por unanimidade. Logo após, passou-se à
71 apreciação do Regimento Interno do Conselho Fiscal, previamente disponibilizado no grupo de
72 WhatsApp do Conselho para análise dos conselheiros. Após discussão, o Regimento Interno foi
73 aprovado por unanimidade. Na sequência, passou-se à apreciação do Regimento Interno do
74 Conselho Municipal de Previdência – CMP, atualizado com as correções e sugestões
75 apresentadas na reunião anterior. Após a análise, o documento foi submetido à votação e
76 aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nesta reunião, ficou acordado também,
77 que as reuniões do CMP passarão a ser às 8 horas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
78 encerrada e eu Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do IPREVI, digitei a presente
79 ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais pelos presentes à reunião.

André de Carvalho Gonçalves: _____

Cássia Maria Lopes Salgado _____

Daniela Martins Rodrigues: _____

Edylene Meyre Batalha Araújo Costa _____

Jorge Lucas dos Santos da Luz: _____

Marcos Willian dos Santos Fórneas: _____

Melissa Maffia Maia _____

Nívia Maria Ladeira Miranda: _____

Rosângela Cardoso de Carvalho: _____